

# **Atuação da FAPESC como agente de fomento no Sistema Regional de Inovação**

Guilherme Paraol de Matos | gparaol@gmail.com

## **Resumo**

Esse artigo apresenta a atuação da FAPESC como instrumento de fomento à C,T&I no Estado Catarinense. Corresponde a uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. A pesquisa apresenta os conceitos de Sistema de Inovação e as características das FAPs e posteriormente aborda a FAPESC, sua estruturação, modo de atuação e parcerias. Para o cumprimento dos objetivos foram analisados os dados de 2012 e 2013 referentes a atuação da FAPESC. Esses dados revelam um investimento de R\$ 62 milhões em 2013. A apoio da FAPESC permite um desenvolvimento da CT&I em Santa Catarina que não seria possível sem a fundação.

**Palavras chaves:** FAPESC, FAPS, Inovação, CT&I, Sistema de Inovação.

## **Abstract**

This paper presents the performance of FAPESC as promotion tool for S,T&I in the Santa Catarina State. Corresponds to a qualitative, bibliographic and documentary research. The research presents the Innovation System of concepts and characteristics of FAPs and then addresses the FAPESC, its structure, mode of action and partnerships. In fulfilling the objectives were analyzed data from 2012 and 2013 concerning the performance of FAPESC. These data reveal an investment of R \$ 62 million in 2013. The support of FAPESC allows development of S,T&I in Santa Catarina that would not be possible without the foundation.

**Keywords:** FAPS, FAPESC, Innovation, S,T&I, Innovation System.

## **1. Introdução**

A economia nacional busca cada vez mais seu desenvolvimento e expansão por meio da inovação, elevando a competitividade das indústrias no mercado interno e externo, gerando assim maior visibilidade no cenário internacional. A inovação é capaz de elevar o crescimento econômico das empresas, pois promove o crescimento diferencial e potencial em relação aos concorrentes e principalmente desenvolve o crescimento científico e tecnológico de uma

nação. A política de inovação deve ser um tema central da economia de um país que planeja se desenvolver. Assim, o poder público brasileiro por meio de seu Sistema de Inovação (SI), direciona cada vez mais seus esforços e recursos para fomentar e desenvolver a CT&I nacional. Segundo Schumpeter (1942), a inovação ocasiona um impulso interno no capitalismo sendo transformador economicamente, gerando desenvolvimento, renovando o capitalismo, sendo a inovação o gerador da economia.

Os Sistemas de Nacionais de Inovação buscam integrar diferentes atores, que agindo sinergicamente contribuem para que a inovação seja alcançada, de forma a trazer contribuições para o país. Eles são formados por uma tríplice hélice entre academia, governo e empresas privadas e sua interação gera o desenvolvimento da inovação. O Brasil é um país com grande extensão territorial, possuindo regiões com características e necessidades muito peculiares, com uma cultura muito distinta, além das desigualdades socioeconômicas existentes entre essas regiões. Desta forma, o conceito de Sistema Regional de Inovação - SRI torna-se importante e necessário para o país. Esses Sistemas são derivados do Sistema Nacional, e atuam conforme as características específicas de cada parte do país. As Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs são importantes mecanismos de descentralização de apoio à CT&I, e estruturam com demais instituições o Sistema de Inovação Brasileiro. Com exceção de Roraima, elas investem recursos no restante do país e no Distrito Federal.

Partindo da importância da inovação para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, e do apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação que as FAPs exercem nos estados, a pesquisa visa contemplar com uma visão mais detalhada as FAPs, dando ênfase na atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC nos anos de 2012 e 2013. Neste cenário apresentado tem-se a seguinte indagação: como acontece a política de apoio à CT&I no estado de Santa Catarina realizado pela FAPESC e como seus recursos fomentam a pesquisa e inovação pelo estado?

## **1.1 Objetivo**

Pesquisar a atuação da FAPESC como agente de fomento no sistema regional de inovação catarinense.

## **2. Metodologia**

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que

visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. A pesquisa bibliográfica abrange toda obra científica já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses, etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. (LAKATOS, 2010) A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE E ANDRÉ, 1986) A pesquisa foi efetuada com base em bibliografia da área de ciência, tecnologia e inovação e com base em documentos disponibilizados pela equipe técnica da Fundação e pelo seu portal. Primeiramente foi revisada a bibliografia sobre os conceitos estruturantes do trabalho, Sistemas de Inovação e sobre as FAPs, após essa etapa, houve um enfoque na estruturação e atuação da FAPESC. Posteriormente foram analisados os dados referentes a sua atuação disponibilizados por meio do relatório de atividades anual da instituição, nos anos de 2012 e 2013.

### **3. Revisão da Literatura**

O presente artigo visa a partir de então, apresentar os conceitos referentes aos termos utilizados na pesquisa para embasamento teórico e compreensão do trabalho.

#### **3.1 Sistema Nacional de Inovação**

Para que se entenda o funcionamento do fomento a inovação no país é importante entender as relações existentes entre as diversas instituições que promovem a inovação, suas políticas públicas e os sistemas existentes que estruturam a CT&I de um país. Para o entendimento de um Sistema de Inovação é preciso analisarmos o que é uma inovação. Segundo o Manual de Oslo, 3ª edição (2005), uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

O sistema que abrange as relações entre os agentes que promovem a inovação é definido como Sistemas de Inovação, um grande sistema que contempla as relações entre centros de pesquisa, universidades e empresas. Esse conceito foi inicialmente definido na década de 80 por autores como Freeman, Nelson e Lundvall, e se tornaram populares a partir da década de 90, quando vários trabalhos sobre o tema foram publicados.

Segundo Christopher Freeman (1987, 1995), Sistema de Inovação é o conjunto de relações exercidas por diversos atores que formam um conjunto de instituições contribuindo para progresso tecnológico dos Estados, que conseqüentemente determina o desenvolvimento socioeconômico. Albuquerque analisou o trabalho de Freeman e determinou que sua visão é importante pelo fato de proporcionar uma reflexão coletiva e o diálogo com outras áreas do conhecimento, desenvolvendo essa relação entre as instituições. (ALBUQUERQUE, 2004) Lundvall (1992), apresenta uma outra definição no qual, “o Sistema de Inovação como sendo constituído por elementos e relações que interagem na produção, na difusão, e na utilização de novos conhecimentos economicamente úteis”. (LUNDVALL 1992) Segundo os autores, existe uma tríplice hélice no Sistema de Inovação, onde os principais agentes que compõem o Sistema são governo, academia e indústria privada.

O Brasil ao longo de sua história, principalmente a partir de 1930, vem buscando fortalecer e estruturar seu Sistema de Inovação. Ao longo dessas décadas, houveram mudanças importantes, que acompanharam o movimento da economia. Na década de 50 tivemos as primeiras instituições criadas para promover nosso Sistema de Ciência e Tecnologia, como a CAPES e o CNPQ. Na década de 80 foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, passando por uma estagnação na estruturação do SI. Na década de 90, começaram a criação das Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPS pelos diversos estados, essas fundações juntamente com agentes governamentais a nível nacional estruturam nosso SNI. A partir dos anos 2000, o governo retomou medidas para o fortalecimento e crescimento do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro. (IEIS, 2013)

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional, envolve tudo o que diz respeito a CT&I no Brasil. Isso correspondia em 2010, segundo quadro de atores do MCTI, a 12 ministérios, 20 unidade de pesquisa, 28 universidades e 25 Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPS). Atualmente, o número de FAPS já atinge 27.

O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Eduardo Moacyr Krieger revelou em 2011, os principais desafios no nosso SI: aumentar a qualidade da nossa produção científica, que deve ser mais competitiva a nível internacional, e acelerar a transferência do conhecimento para a aplicação (inovação), matéria na qual ainda estamos relativamente atrasados, a julgar pelo número de patentes registradas e pequeno número de doutores trabalhando no setor privado. Já Rezende, ex-ministro de Ciência e Tecnologia e ex-presidente da Finep, enumera os recursos ainda insuficientes, a burocracia e o fato de várias FAPs não atuarem bem, como os principais pontos fracos do sistema. (OCTAVIANO, 2011)

O Sistema Nacional Brasileiro - SNI é importante para o desenvolvimento e consolidação da CT&I no país, mas há que ser enfrentado muitos desafios, principalmente devido a nossa defasagem em relação aos países desenvolvidos, para isso o poder público deve atuar de maneira mais efetiva e coordenada, tornando nosso SNI mais maduro.

### **3.2 Sistema Regional De Inovação**

O Brasil é um país com grande extensão territorial, possuindo regiões com características e necessidades muito peculiares, com uma cultura muito distinta, além das desigualdades socioeconômicas existentes entre essas regiões. Desta forma, o conceito de Sistema Regional de Inovação - SRI torna-se importante e necessário para o país. Esses Sistemas são derivados do Sistema Nacional, e atuam conforme as características específicas de cada parte do país.

Segundo o Manual de Oslo, 3ª edição (2005), os Sistemas Regionais de Inovação podem desenvolver-se paralelamente aos Sistemas Nacionais de Inovação. Para Santos (2010), estes podem ser identificados como um conjunto significativo de gerenciadores, sendo captadores e adaptadores de conhecimento científico e tecnológico e contando com a existência de condições para a transformação desse conhecimento em inovação regionalmente.

As desigualdades regionais correspondem a um fator determinante para a complexidade e desafios de um sistema nacional de inovação, conforme Silva (2009), a complexidade e a amplitude dos desafios associados ao estabelecimento de Sistemas de Inovação são enormes. As disparidades regionais, principalmente em países continentais como o Brasil, prejudicam a eficácia de políticas públicas uniformes, uma vez que nem todas as regiões são capazes de aproveitar as condições favoráveis das políticas nacionais.

Segundo Cooke (1992), o conceito de Sistema Regional de Inovação determina uma série de políticas regionais que alavanquem a inovação e a competitividade econômica e social. Vacarezza (2004), destaca que os agentes que formam o SRI não deverão atuar de maneira isolada, pois o sistema composto não resultará em ações concretas. Torna-se importante e fundamental para o sucesso de um SI a sinergia na interação entre esses agentes e uma mínima coordenação entre os mesmos. Então, para List (1983), cabe ao Estado o papel de coordenação e execução de políticas de longo prazo para desenvolvimento da economia como um todo.

Pode-se, então, com base na literatura afirmar que SRI é uma rede de interação entre as instituições públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais que trabalham na geração, explicitação, uso e disseminação do conhecimento. (LABIAK JUNIOR, 2012)

No estado de Santa Catarina, há diversas instituições que fazem parte do SRI. Essas entidades são fundamentais, já que possibilitaram a criação e atualmente estruturam o Sistema Regional de Inovação do Estado. A criação da Universidade Federal de Santa Catarina, e seu desenvolvimento com advento da criação de outras entidades como a Universidade Do Estado de Santa Catarina (UDESC), Sistema ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais, SEBRAE-SC, Federação das Indústrias de SC, principalmente o Instituto Euvaldo Lodi, Secretaria Estadual (Núcleo Estadual de Ciência e Tecnologia), Secretária do Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS), FUNCITEC, posteriormente FAPESC, e as diversas secretarias do Sistema Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação que compõe o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCECT), permitiram o desenvolvimento da C,T&I em Santa Catarina.

### **3.3 Histórico e característica das Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs**

A primeira Fundação de Amparo à Pesquisa surgiu no estado de São Paulo, sendo formalmente criada em 1960 (Lei Orgânica 5.918, de 18 de outubro de 1960) e começou a funcionar efetivamente com o nome de Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) cumprindo disposição da Constituição estadual de 1947, com o objetivo de incentivar e subsidiar a pesquisa no Estado, especialmente à desenvolvida nas universidades. (FAPESP, 2014)

Ao longo dos anos, essas fundações foram surgindo no Brasil com apoio da constituição nacional e amparadas por leis estaduais, baseadas no modelo da FAPESP. Em 1964, surgiu a segunda FAP no país, localizada no Rio Grande do Sul, denominada FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), com a finalidade de ser uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas fixadas para o setor. (FAPERGS, 2010)

Essas duas FAPs foram as pioneiras na década de 60, após isso, apenas na década de 80 surgiram duas novas Fundações, a terceira foi no Rio de Janeiro em 1980, a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e a quarta foi a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) criada em 1985. Porém, foi

durante a década de 90 que o país passou a ver o crescimento das FAPs no restante dos estados brasileiros.

O surgimento das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) revela-se um indicador seguro do novo modelo de se propor o desenvolvimento e descentralização de CT&I no Brasil, hoje apenas o estado de Roraima não possui uma FAP. (CONFAP, 2014)

Segundo o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (2014), atualmente, existem vinte e sete FAPs no Brasil, a Paraíba possui duas fundações: a FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba); e a FAPEP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba). Outros estados que possuem FAP são: Acre (FAPAC), Alagoas (FAPEAL), Amazonas (FAPEAM), Bahia (FAPESB), Ceará (FUNCAP), Distrito Federal (FAPDF), Espírito Santo (FAPES), Goiás (FAPEG), Maranhão (FAPEMA), Mato Grosso (FAPEMAT), Mato do Grosso do Sul (FUNDECT), Pará (FAPESPA), Paraná (ARAUCÁRIA), Pernambuco (FACEPE), Piauí (FAPEPI), Rio Grande do Norte (FAPERN), Sergipe (FAPITEC); Tocantins (FAPT) e Rondônia (FAPERO), e a Fundação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Todas essas Fundações compõem o Sistema Nacional de Inovação, sendo instrumentos de descentralização do fomento à CT&I pelo país.

As fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) se caracterizam como uma categoria específica de Fundação, viabilizando recursos para a pesquisa em Ciência e Tecnologia e Inovação, CT&I. Esses recursos estão disponíveis para as mais diferentes áreas que envolvam CT&I. As FAPs operam em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e demais instituições regionais. Esses órgãos são responsáveis pelo fomento às pesquisas tecnológicas e científicas e qualificação de recursos humanos. As FAPs estão ligadas aos seus respectivos governos estaduais, exercendo um papel fundamental e necessário de apoio à pesquisa e inovação tecnológica e científica do país, tendo também importante papel nas políticas de ciência e tecnologia nacional. (CONFAP, 2014)

Para o então presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais em 2011, Mario Borges, as FAPs são entidades importantes no cenário nacional de apoio à pesquisa e inovação, constituindo-se como o principal meio de alavancar o desenvolvimento de CT&I, tendo como finalidade básica dar apoio a projetos de pesquisa, extensão, ensino, contribuindo para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse de instituições federais contratantes, além de apoiar e realizar eventos com esse propósito. Elas atuam como um canal entre as entidades de pesquisa e empresas públicas e privadas para a

colaboração de atividades que cooperam tecnicamente e para prestação de serviços. (BORGES, 2011)

Segundo o CONFAP (2014), os Estados estão autorizados a criarem suas Fundações de Amparo à Pesquisa, mas é importante ressaltar que não há uma lei federal que determine a obrigatoriedade de sua criação e funcionamento. A constituição federal não exige mas incentiva que o estado contribua com recursos orçamentários para as fundações, segundo o artigo 218, § 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Seus recursos provem do orçamento que o estado define para a sua FAP, variando assim, de um estado para o outro.

A importância do estado no papel das FAPs é ressaltada por Krieger (2011) apud Octaviano (2011) que comenta sobre a importância da contribuição dos estados para que tenham atuações regulares. Ele destaca o repasse de fundos do estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro e a importância desse tipo de investimento estadual para a ação das FAPs, relacionando ao papel desenvolvido pela FAPESP, sendo que o repasse dos estados para essas fundações fomentadoras faz com que elas possam atuar de forma estável:

Ultimamente, as FAPs de Minas Gerais e Rio de Janeiro passaram a receber regularmente recursos do Estado e estão desempenhando papel equivalente à FAPESP nos seus respectivos estados. O importante é que as FAPs que, praticamente existem em todos os estados brasileiros, passem a ter recursos e atuação regulares.

Como visto, os Estados da Federação são os principais agentes que devem desenvolver ações para que as FAPS possam cumprir com seu papel. As FAPs são filiadas ao CONFAP, conselho que integra as Fundações de todo o país.

### **3.4 Conselho Nacional Das Fundações De Amparo À Pesquisa - CONFAP**

As FAPs como são conhecidas as Fundações de Amparo à Pesquisa e Inovação dos estados brasileiros tem como órgão articulador o CONFAP, uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo melhor articular os interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa. Criado oficialmente em 2007, o Conselho agrega Fundações de 25 estados, mais o Distrito Federal. O único estado a não possuir uma FAP é o estado de Roraima. (CONFAP, 2014)

Segundo o site do CONFAP (2014), são três os grandes eixos de atuação das FAPs: 1) fomento à pesquisa científica e tecnológica e à inovação; 2) apoio à formação de recursos



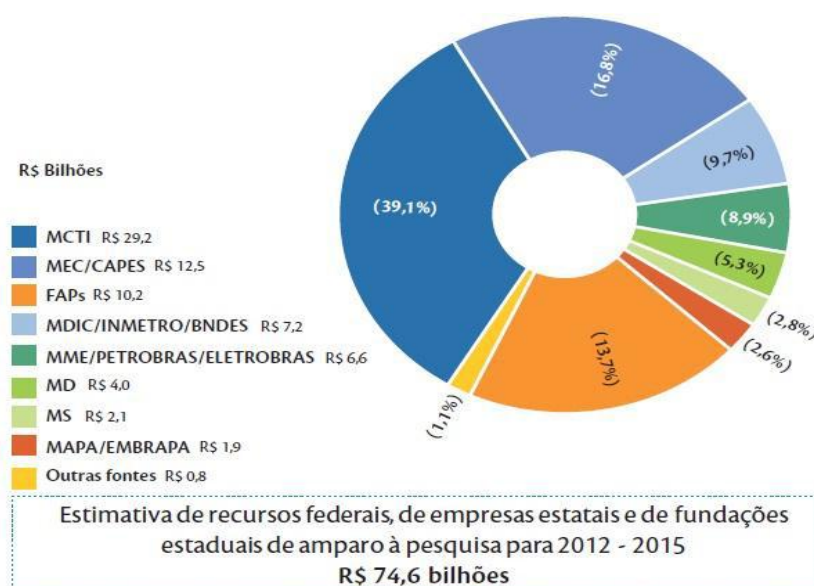
humanos qualificados para a pesquisa; 3) fomento à interação entre os centros geradores do conhecimento e os setores economicamente produtivos. É imprescindível que as agências estabeleçam políticas que articulem todos os eixos para a promoção do desenvolvimento do Estado. Ressalta-se a existência do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP), criado em 2007, que tem como prioridade contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional de CT&I, no que concerne à formação e avaliação dos objetivos e das diretrizes, bem como à definição de prioridades e de recursos, visando o desenvolvimento científico e tecnológico.

O atual presidente do CONFAP é o professor Sergio Gargioni, presidente da FAPESC, o atual vice-presidente é o diretor da FAPITEC/SE, professor José Ricardo de Santana. (CONFAP, 2014)

Segundo a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012 - 2015 (2012), a estimativa de recursos de investimentos em CT&I no país leva em conta as atividades de CT&I conduzidas com recursos federais, de empresas estatais federais e das FAPs, no âmbito dos eixos de sustentação e dos programas prioritários da ENCTI, bem como no âmbito dos programas complementares.

Os recursos previstos para o período de 2012 a 2015 totalizam R\$ 74,6 bilhões, sendo R\$ 29,2 bilhões do MCTI, R\$ 21,6 bilhões de outros ministérios, R\$ 13,6 bilhões de empresas estatais federais (BNDES, Petrobras e Eletrobrás) e R\$ 10,2 bilhões, recursos estaduais operacionalizados pelas FAPs (13,7%) do total, como pode ser visto na figura 1:

**Figura 1: Estimativas de Recursos**



Fonte: ENCTI (2012)

Pelo volume de recursos de investimento previsto se torna perceptível a importância das FAPs no âmbito nacional. Após analisada as características das FAPs, seu conselho e sua função, a pesquisa irá descrever o surgimento e atuação da FAPESC.

### **3.5 A FAPESC**

A FAPESC é uma fundação pública estadual, que faz parte do Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina, e compõe o Sistema Nacional Brasileiro juntamente com outros órgãos e demais FAPS, contribuindo para o processo de descentralização do fomento à pesquisa e inovação no país.

A Fundação possui caráter público, com personalidade jurídica de direito privado, possuindo patrimônio próprio, com autonomia administrativa, financeira e operacional. É vinculada a Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e não possui fins lucrativos. (FAPESC, 2011)

O órgão de deliberação máxima da FAPESC é seu Conselho Superior, constituído por 22 membros titulares e respectivos suplentes, todos sem remuneração. Cada conselheiro tem mandato de 4 anos, que poderá ser renovado uma única vez. (FAPESC, 2011)

A FAPESC surgiu do esforço realizado inicialmente em 1985, quando os primeiros esforços para apoiar a C&T começaram no estado. Com isso houve na década de 90 a criação do FUNCITEC, um fundo para C,T&I que posteriormente veio a originar em 2005 a FAPESC.

A sigla da FAPESC foi atribuída pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, ao FUNCITEC (Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina). Na época, em 2005, FAPESC significava Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina. A mesma sigla foi mantida quando a Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011, alterou o nome da instituição para Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. (FAPESC, 2011)

A FAPESC se utiliza de recursos próprios oriundos do estado catarinense, garantido por meio da constituição estadual, esse montante equivale à 1% sobre a receita total do Estado. Além dessa verba, a FAPESC conta com parcerias federais para obtenção de recursos. Ela atua como um agente que repassa fundos financeiros de outras entidades como a FINEP, CAPES, CNPQ, MCTI e Ministério da Saúde. Ela também compartilha recursos com essas entidades, quando cada instituição disponibiliza um percentual para o fomento. O programa de subvenção econômica à Inovação na Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Catarinense do programa TECNOVA/SC é um exemplo de recursos compartilhados entre FINEP e FAPESC. (FAPESC, 2011) A FAPESC se utiliza de políticas públicas para apoiar a CT&I no estado e torna público esses recursos por meio de editais através de seu portal na internet.

A FAPESC possui como principais entidades parceiras de nível nacional a FINEP, o CNPq através do Ministério de CT&I, a CAPES, e o Ministério Da Saúde por meio de sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE).

A FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, sua capacidade de financiamento em CT&I, juntamente com a capacidade de utilizar recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, além de outros instrumentos utilizados por ela, proporciona grande capacidade de contribuir para a inovação, aumentando a capacidade do setor empresarial, correspondendo a principal instituições de fomento a CT&I no país. (FINEP, 2014)

O CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tem como suas principais atribuições o fomento à pesquisa científica e tecnológica, incentivando a formação de pesquisadores brasileiros. O CNPq financia principalmente pesquisadores com bolsas de extensão e qualificação, para que seja desenvolvida a pesquisa científica a nível nacional, também promovendo o programa Jovem Cientista. (CNPQ, 2013)

A CAPES, Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, possui importantes programas de apoio à área de CT&I, dentre eles: o Ciências Sem Fronteiras, My English Online que disponibiliza curso gratuito de inglês, o Plano Nacional de Pós-Graduação. (CAPES, 2013).

O Ministério Da Saúde por meio de sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), tem entre suas competências o compromisso de realizar e apoiar pesquisa científica e a tecnologia na área de saúde. Segundo o Ministério da Saúde (2013), a realização de investimento em pesquisas em saúde contribui para o preenchimento de lacunas de conhecimento em áreas prioritárias para a população, interligando o mundo acadêmico e as necessidades de saúde das pessoas

Essas entidades contribuem para o funcionamento da FAPESC, disponibilizando recursos financeiros para que a Fundação fomenta áreas estratégicas, que correspondam a atuação dessas entidades.

## 4. Resultados

### 4.1 Dados de Recursos da FAPESC – 2012/2013

A pesquisa aborda agora a relevância da atuação da FAPESC por meio de dados referentes ao apoio a CT&I no estado catarinense nos anos de 2012 e 2013. Os valores apresentados foram obtidos por meio de acesso ao relatório anual de atividades disponibilizado no portal da FAPESC na internet. O relatório de atividades correspondente ao ano de 2012 apontou que o orçamento da FAPESC totalizou nesse período R\$ 59.582.059,73 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, cinquenta e nove reais e setenta e três centavos) entre apoio à pesquisa, inovação, capacitação de recursos humanos e gastos operacionais, um recorde até então. Desse total, aproximadamente R\$ 50 milhões foram aplicados em projetos, no orçamento executado em 2011 (R\$53,8milhões), R\$47 milhões se destinaram a projetos, houve então um crescimento de 6,4% em 2012. (FAPESC, 2012)

Na tabela 1, há alguns dados de agosto de 2012, como o número de projetos ativos e pesquisadores contemplados até então.

Tabela 1: Dados de 2012

EM 2012	
Projetos Ativos	1.534
Pesquisadores contemplados	4.000
Entidades contempladas	255
Bolsas concedidas	640
Dados de 29/08/12	

Fonte: Relatório de Atividades da FAPESC (2012)

Em 2012, a FAPESC manteve cerca de 1500 projetos ativos, a imensa maioria selecionada por meio de chamadas públicas. Em 2013, a FAPESC manteve aproximadamente 1500 projetos ativos, envolvendo cerca de 4.000 pesquisadores das mais variadas instituições. (FAPESC, 2014)

Apoiar a formação de recursos humanos e suas ideias também é uma área estratégica da Fundação, por isso, ela investiu 19.819.761,39 em projetos individuais. A participação do estado como principal fonte de recurso é notória com o valor de 33.799.751,36 milhões em 2013, superando e muito os recursos federais que totalizaram um pouco mais de 7 milhões.

Sua operação, em 2012, ocorreu com 35% do montante estabelecido na Constituição e na Lei Catarinense de Inovação, que é de 1% sobre a receita do Estado, especificamente para a FAPESC. Com R\$35 milhões por ano de recursos, quando ocorre a soma de todas as demais fontes estaduais e federais, ela se coloca como uma das mais ativas entidades dentre as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa do país. (FAPESC, 2012) Para isso, usa como estratégia intensificar a busca de parcerias com empresas e agências nacionais, como CNPq, FINEP, Ministério da Saúde, SEBRAE/SC e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Exemplo dessa estratégia é o Programa Universal, que abrange muitos pesquisadores voltados às atividades básicas de pesquisa acadêmica. Juntos eles receberam um montante superior a R\$10 milhões. Vale destacar ainda o Programa Sinapse da Inovação e o Programa de Subvenção à Inovação em Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina.

Na figura 2, nota-se o impacto socioeconômico gerado pelo apoio da FAPESC nas incubadoras do estado, gerando mais de dois mil empregos.

Figura 2: Investimento em Incubadoras



Fonte: Relatório de Atividades (2012)

Alguns apoios à pesquisa realizada pela FAPESC no ano de 2012 podem ser destacados: Programa para facilitar comunicação entre crianças surdas e ouvintes; Sistema de rastreabilidade para aves e suínos; Jogo gratuito para estimular o aprendizado sobre a biodiversidade; Obras de autores catarinenses disponíveis online; Núcleos Emergentes e de Excelência; Pesquisa para o SUS; Programa Universal; Rede Guarani - Serra Geral; Incubadoras e parques tecnológicos; Institutos nacionais de ciência. Para os quatro INCTs, foram destinados inicialmente R\$ 7,5 milhões.

Em 2012, houve a aprovação de complemento no valor de R\$ 5,6 milhões, dos quais R\$ 824 mil foram repassados ainda naquele ano, com intuito de fomentar áreas estratégicas do SNI, como a tecnologia da informação. Até o ano de 2012, foram gastos 12.837.010,01 em pesquisa universal, pesquisa que contempla varias áreas. Na inovação, os exemplos mais expoentes são o Prêmio Stemmer (R\$ 487.648,65); Sinapse da Inovação; Pappé (Programa de Subvenção à Inovação em Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina); Inova@SC. Na área de capacitação de Recursos Humanos se destacam o GeraçãoTEC e a concessão de bolsas para qualificação pessoal. (FAPESC, 2012)

Na tabela 2, é ressaltada o apoio da FAPESC na capacitação e formação em recursos humanos pelas cidades do estado pelo programa GeraçãoTEC.

Tabela 2: Programa GeraçãoTEC (2012)

PANORAMA GERAL DO GERAÇÃOTEC NO ESTADO					
Cidade	Inscritos	Iniciantes	Formados		
			Formação Profissional	Capacitação Gerencial	MEI
GDE. Fpolis 2011/2012	1125	441	303	0	92
Total Grande Fpolis	3164	665	450	0	92
LAGES	600	168	99	0	48
BLUMENAU	2468	601	234	223	103
CRICIÚMA	385	85	62	0	42
TUBARÃO	345	70	49	0	13
JOINVILLE	706	201	130	0	39
CHAPECÓ	575	144	110	0	22
JARAGÚA SUL	125	32	25	0	0
JOAÇABA	195	58	42	0	20
RIO DO SUL	136	55	42	0	23
ITAJAÍ	266	81	66	0	74
VIDEIRA	84	84	0	84	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7010</b>	<b>2020</b>	<b>1262</b>	<b>307</b>	<b>476</b>

Fonte: Relatório de Atividades FAPESC (2012)

Na tabela 3, está representado o total de valores do orçamento da FAPESC no ano de 2012, além do total de projetos e chamadas, e as despesas administrativas, demonstrando valores expressivos para o apoio à CT&I no estado que superam os 59 milhões de reais.

Tabela 3: Total do Orçamento - 2012

Ano 2012	Valor
Total Projetos e Chamadas	50.556.232,43
Total Por Fonte Despesas Administrativas	9.025.827,30
<b>Total</b>	<b>59.582.059,73</b>

Fonte: Relatório de Atividades FAPESC (2012)

Na tabela 4, foi feito um recorte de alguns projetos e o montante investido nos diferentes âmbitos de CT&I no ano de 2013. Esses projetos foram selecionados para dar um demonstrativo das diversas áreas que a FAPESC contempla com seus recursos, por exemplo, a inovação nas empresas, a capacitação de recursos humanos por meio de bolsas, apoio a ideias que geraram inovação, e a infraestrutura de CT&I.

Tabela 4: Exemplos de Programas, Projetos e Chamadas Públicas - 2013

<b>Programas, projetos e chamadas públicas – 2013</b>	<b>Valor</b>
Bolsas (Mestrado e Doutorado)	305.100,00
Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação	1.481.184,61
Sinapse da Inovação / Ideias que viram negócios	899.816,00
Laboratórios e outras dependências para pesquisa (Infraestrutura de CTI)	518.065,67
Subvenção econômica à inovação em empresas	3.045.962,02
Bolsas de Iniciação Científica Júnior	19.336,63

Fonte: Relatório de Atividades FAPESC (2012)

A tabela 5, corresponde ao total de fomento realizado em 2013, todos os programas e projetos, destacando projetos individuais e o total de recursos que foram operacionalizados pela FAPESC, um valor superior a 62 milhões de reais. É interessante notar que o montante total em projetos subiu cerca de 4 milhões de reais se comparado ao ano anterior, um indicador de aumento no fomento em Santa Catarina. Desta forma, pode se considerar uma elevação nos investimentos e parcerias realizadas no ano de 2013. As despesas



administrativas apresentaram um pequeno aumento, mas se mantiveram na casa de 9 milhões de reais. O orçamento total dos recursos em 2013 ultrapassaram os 62 milhões de reais.

Tabela 5: Total do Orçamento - 2013

<b>Orçamento 2013</b>	<b>Valor</b>
Total Programas e Projetos	32.962.324,99
Projetos Individuais	19.819.761,39
Total de Projetos Ativos em 2013	54.588.522,38
Total Despesas Administrativas 2013	9.749.487,24
<b>Total</b>	<b>62.531.573,62</b>

Fonte: Relatório de Atividades – 2013

As fontes de recursos de 2013 na tabela 6, demonstram os recursos federais viabilizados por meio do Tesouro Estadual para fontes Estaduais, a Agencia Nacional da Água (ANA), CNPq, FINEP, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS) e MCTI. O item outras fontes de recursos correspondem ao Carvão (Secretaria do Desenvolvimento Sustentável), EMBRACO - Empresa Brasileira de Compressores, Fundo de Desenvolvimento Social, Fundo Catarinense de mudanças climáticas, Fundo Estadual de Saúde, Fundo Próprio, UDESC e Outras, e os recursos estaduais provem do apoio estadual para com a FAPESC.

Tabela 6: Fontes de Recursos destinados à FAPESC em 2013

<b>Fontes de Recursos 2013</b>	<b>Valor</b>
Recursos Estaduais	33.799.751,36
Recursos Federais	7.646.662,17
Outras Fontes de Recursos	21.085.160,09
<b>Total FAPESC – 2013</b>	<b>62.531.573,62</b>

Fonte: Relatório de Atividades (2013)



Depois de analisadas as tabelas, é possível perceber o crescimento que se teve em relação ao número de projetos ativos de 2011 a 2013, onde o valor passou de 47 milhões para 54 milhões nesse período. Este fato mostra que o crescimento da FAPESC foi contínuo ao longo dos últimos anos, esse valor em 2012 correspondeu cerca de R\$51 milhões. Outro fato interessante, foi a observação sobre as despesas administrativas, que se mantiveram no mesmo patamar, ficando na casa de 9 milhões de reais.

Na tabela 6, é possível ressaltar o papel do Estado como principal fonte de recurso da FAPESC, com 33 milhões de reais, superando os recursos federais, que totalizaram mais de 7 milhões, e a importância que há nas parcerias realizadas pela Fundação, que totalizaram um montante importante com mais de 21 milhões de reais.

O trabalho constatou indisponibilidade nos dados sobre a descentralização de recursos pelas regiões do estado, pois a FAPESC tem por obrigação constitucional distribuir os recursos de fomento de forma equilibrada pelas cinco mesorregiões, promovendo assim, a diminuição das desigualdades regionais.

## **5. Conclusão e Recomendações Finais**

A FAPESC é uma fundação pública estadual, que juntamente com outras instituições governamentais, academia e indústrias formam o Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina. Juntamente com outros órgãos e demais FAPS, contribui para o processo de descentralização do fomento à pesquisa e inovação no país.

Destaca-se seu papel no cenário regional e a autonomia que o estado possui sobre a Fundação, sendo esta sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, personalidade jurídica de direito privado e dotada de autonomia administrativa.

A pesquisa possibilitou descrever sua história iniciada com o apoio público à C&T e pesquisa no estado na década de 80, dentro do movimento que levou à criação da rede de Fundações de Amparo à Pesquisa no país.

O modelo das FAPs teve inspiração no trabalho desenvolvido pela FAPESP fundação do estado de São Paulo criada no ano de 1962. Merece destaque a estruturação e consolidação do CONFAP criado em 2006 para articular a ação das FAPs e que hoje reúne 27 Fundações.

A pesquisa mostrou ser de grande relevância a ação do SRI no desenvolvimento descentralizado de apoio à CT&I, contribuindo para a diminuição da desigualdade regional em um país de grande extensão territorial e de realidades muito distintas.

O papel das FAPS, nesse contexto, é de suma importância pois elas dão capilaridade à CT&I, aproximando e adequando as políticas nacionais às demandas locais.

Cabe ressaltar as parcerias da FAPESC como importantes para a consolidação de um fundo estável e concreto para realização das atividades de apoio a CT&I em Santa Catarina. Nesse aspecto, merece citação em especial a FINEP, por meio dos Fundos Setoriais, CNPq e CAPES, assim como também, o apoio de fundos oriundos de recursos próprios do estado, garantidos por meio da Constituição Estadual.

Pesquisa e inovação correspondem ao foco principal do governo para o desenvolvimento econômico do país, para redução da defasagem de CT&I frente aos países desenvolvidos, o crescimento sustentável com desenvolvimento de produtos e serviços de alto valor agregado, não apenas de commodities. A inovação é um fator crítico para que o Brasil se desenvolva tecnologicamente, de maneira sustentável e consiga se aproximar dos países desenvolvidos. Assim, a FAPESC é um importante agente ativo governamental desse processo. É possível notar seu papel no desenvolvimento econômico e científico do estado catarinense, sua função de destaque para o fomento à pesquisa, inovação e formação e capacitação de recursos humanos. Além de uma articulação entre empresas e estado, o apoio ao crescimento econômico de modo sustentável, respeitando áreas prioritárias definidas pelo MCTI e investimento em projetos individuais.

Como visto a FAPESC vem evoluindo sua contribuição para CT&I em Santa Catarina. Em 2012 o orçamento total chegou quase aos R\$ 60 milhões, em 2013 esse valor superou os R\$ 62 milhões. Por isso, constitui uma instituição única, onde seus investimentos são importantes mecanismos para o desenvolvimento catarinense. A pesquisa informou e dimensionou o papel da FAPESC como uma Fundação de suma importância para a inovação estadual.

Foi representada na pesquisa a estruturação do SRI, o histórico e formação da CT&I catarinense e da FAPESC, a importância que ela possui como fomentadora da CT&I no estado e sua forma de atuação. Porém, não foi possível a análise sobre a FAPESC quanto à descentralização regional dos recursos.

Por fim, fica a relevância de realização de um estudo futuro sobre a FAPESC, a partir de uma pesquisa interna com os principais idealizadores e formadores da fundação para se obter uma visão mais completa sobre a sua operacionalização, visão de futuro e impacto que ela proporciona para o estado catarinense.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, E. da M. e. **Idéias fundadoras**. Revista Brasileira de Inovação v. 3, n. 1, p.9-13, 2004.

BORGES. M. N. **As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Rev. USP. no.89. São Paulo. mar./maio 2011

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 07 out. 2014.

CAPES. **História e missão**. 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CNPq. **O CNPq**. 2013. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=8EA28358DE9FF3F650EC9FC0797AAF69>>. Acesso em: 25 ago. 2014

CONFAP. **Informações sobre FAPS**. 2014. Disponível em: <<http://confap.org.br/news/informacoes-sobre-faps/>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

COOKE, P. **Regional Innovation Systems: Competitive Regulation in The New Europe**. Geoforum, 23, p. 365-382, 1992.

FAPESC. **HISTÓRICO**: Breve histórico da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e das instituições que a originaram. 2011. Disponível em:<[http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16&Itemid=27](http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=27)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

FAPESC. **Resumo de Atividades 2013**. 2014. Disponível em: <<http://www.fapesc.sc.gov.br/resumo2013/>>. Acesso em: 02 jul. 2014

FAPESP. **Criação e Estruturação da FAPESP**. 2014. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/28>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

FINEP. **A EMPRESA**. 2014. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=insti\\_tucional\\_empresa](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=insti_tucional_empresa)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

FREEMAN, C. e Soete, L. 3 ed. **The economics industrial innovation**. MIT Press, 1997.

IEIS, Fabiana; BASSI, Nadia S. Schmidt; SILVA, Cristian Luiz da. **Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: o Resultado da Cooperação nas Empresas Privadas e Estatais a partir de 2000**. Revista Espacios, Caracas, v. 34, n. 7, p.5-16, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a13v34n07/13340705.html>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

LABIAK JUNIOR, Silvestre. **Método De Análise Dos Fluxos De Conhecimento Em Sistemas Regionais De Inovação**. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LAKATOS, **Fundamentos de Metodologia Científica**, 7º edição, São Paulo, ed. Atlas, 2010, p 185.

LIST, George F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo. Abril Cultura. 1983.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNDVALL, Bengt-Ake. **Políticas de inovação na economia do aprendizado**. Parcerias Estratégicas. mar. 2001

Manual de Oslo. 3 ed.: **OECD**, 2005. 184 p.

OCTAVIANO, Carolina. **A institucionalização da pesquisa e o sistema nacional de CT&I no Brasil**. 2011. Edição:67. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=67&id=850>>. Acesso em: 15 maio 2014.

RIO GRANDE DO SUL. FAPERGS. **Histórico**. 2010. Disponível em: <[http://www.fapergs.rs.gov.br/conteudo\\_puro.php?cod\\_menu=41](http://www.fapergs.rs.gov.br/conteudo_puro.php?cod_menu=41)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SANTA CATARINA. Fapesc. Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Relatório de Atividades - 2012**. Florianópolis: Dioesc, 2012. 44 p. Disponível em: <[http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48:0501-turismo-cientifico-descaracteriza-ritual-indigena-afirma-d=20](http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:0501-turismo-cientifico-descaracteriza-ritual-indigena-afirma-d=20)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SANTOS, Josenito Oliveira. **Inovação e Desenvolvimento: Uma Abordagem Sobre O Papel Recente Dos Estados no Sistema Nacional De Inovação Do Brasil**. Sergipe. 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911) **A teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SILVA, Fabio Q.B. da. **Um modelo de Desenvolvimento Local Baseado em Inovação e o Papel dos Parques Tecnológicos na sua implantação**. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista. V3. N.1. p.25-37. 2009.

VACAREZZA, S.V. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o Estado da Arte na América Latina**. Londrina. Iapar. 2004.